

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - EDITAL Nº 190/2022

RESPOSTAS AOS RECURSOS

Disciplina Língua Portuguesa

Noções Básicas da Administração Pública

Conhecimento Específico

Cargo: TODOS – NÍVEL MÉDIO

Nº da Questão	Opção de Resposta por extenso	Parecer da Banca	Deferido ou Indeferido	Questão anulada ou Opção de Resposta correta
21	(C) separa a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum).	<p>O Príncipe é uma obra elaborada a partir do estudo da política na Antiguidade, onde o poder foi frequentemente tomado, mantido e perdido segundo os meios apontados por Maquiavel. Revolucionou a Teoria do Estado e da Conspiração e cria as bases da Ciência Política. Em O Príncipe, Nicolau Maquiavel elaborou uma teoria realista e sistemática, separando a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum). In BRAGA, Pedro. <i>Ética, Direito e Administração Pública</i>. Brasília: Senado Federal. 2006. Págs 188-189.</p> <p>Vale dizer que o conteúdo programático engloba a matéria cobrada na questão: “Conceito: Ética e Moral. Ética, princípios e valores. Ética e democracia: exercício da cidadania” (extraído do site da UFF, seção Conteúdo Programático). Outrossim, o livro no qual foi baseada a questão também consta da sugestão bibliográfica e está disponível a todos na internet.</p> <p>Portanto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito publicado.</p>	Indeferido	Mantido

24	(E) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.	<p>Constituição Federal, Artigo 37, inciso XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.</p> <p>Vê-se que a questão cobra do candidato conhecimento da Constituição Federal, e não da CLT.</p> <p>Recurso indeferido e manutenção do gabarito pulicado.</p>	Indeferido	Mantido
26	(D) afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.	<p>Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)</p> <p>Art. 1º, § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.</p> <p>Obs.: Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:(...)</p> <p>O Decreto-Lei 201/1967 prevê crimes <i>de responsabilidade</i> dos Prefeitos e Vereadores, isto é, sanção político-administrativa, e não sanção penal.</p> <p>Recurso indeferido e manutenção do gabarito pulicado.</p>	Indeferido	Mantido
29	(A) obrigatória de processo administrativo disciplinar.	<p>Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/90).</p> <p>Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.</p> <p>Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: (...) IV - improbidade administrativa;</p> <p>Recurso indeferido e manutenção do gabarito pulicado.</p>	Indeferido	Mantido